



Simulado Final

STM

Analista Judiciário - Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final STM (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa do STM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/PenQrowNcwahXFCq7>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/dUp4>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

TEXTO:**Blefes**

Ninguém conhece a alma humana melhor do que um jogador de pôquer. A sua e a do próximo. Numa mesa de pôquer o homem chega ao pior e ao melhor de si mesmo, e vai da euforia ao ódio numa rodada. Mas sempre como se nada estivesse acontecendo. Os americanos falam do *poker face*, a cara de quem consegue apostar tendo uma boa carta ou nada na mão com a mesma impassividade, embora a lava esteja turbilhonando lá dentro. Porque sabe que está rodeado de fingidos, o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando por um tremor na pálpebra, por um tique na orelha. Ou ultrapassando a fachada e mergulhando na alma do outro.

Não se trata de adivinhar seu caráter. Não é uma questão de caráter. O blefe é um lance tão legítimo quanto qualquer outro no pôquer. Os puros são até melhores blefadores, pois só quem não tem culpa pode sustentar um *poker face* perfeito sob o escrutínio hostil da mesa. Há quem diga que ganhar com um blefe supera ganhar com boas cartas e que é no blefe que o pôquer deixa de ser um jogo de azar, e portanto de acaso, e se torna um jogo de talento. Já fora do pôquer o blefe perde sua respeitabilidade. É apenas sinônimo de engodo. Geralmente aplicado a pessoas que não eram o que pareciam ou fingiam ser.

(Adaptado de: VERÍSSIMO, Luis Fernando. Às mentiras que os homens contam. São Paulo: Cia das Letras, 2015)

Com base nas informações do texto, julgue os itens a seguir.

1. No texto, afirma-se que, no pôquer, o comportamento emocional dos jogadores não é necessariamente revelado, pois as emoções podem ser escondidas sob uma aparência impassível.
2. Segundo o texto, o blefe, dentro e fora do pôquer, é uma prática considerada igualmente válida e aceitável, pois se baseia na habilidade de dissimular.
3. De acordo com o texto, é possível ao jogador experiente identificar o blefe do adversário por meio de pequenos sinais físicos ou por uma leitura profunda de sua alma.
4. Conforme o texto, o blefe no pôquer é uma prática desonesta e malvista, aceita apenas por jogadores de caráter duvidoso.
5. Na oração “Ninguém conhece a alma humana melhor do que um jogador de pôquer”, o termo “do que um jogador de pôquer” exerce a função de complemento do vocábulo “melhor”.
6. A oração destacada em “**Porque sabe que está rodeado de fingidos**”, o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando...”, expressa um valor de causa em relação à oração subsequente.
7. No trecho “...embora a lava esteja turbilhonando lá dentro”, a oração iniciada por “embora” expressa uma ideia de concessão e exerce função adverbial.
8. No trecho “...o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando...”, o verbo “distinguir” exige apenas um complemento.
9. No trecho “o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando por um tremor na pálpebra, por um tique na orelha...”, o uso da preposição “por” indica causa.
10. A expressão “poker face”, usada no texto, designa de forma literal a face de quem joga pôquer.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens a seguir.

11. O uso do acento indicativo de crase em “A felicidade está ligada à maneira como cada um interpreta suas experiências.” é obrigatório, pois “à maneira” é uma locução feminina.
12. Em “Embora os vínculos sociais não garantam felicidade permanente, há evidências de que contribuem para uma vida mais satisfatória”, o vocábulo **embora** expressa uma ideia de concessão, ou seja, contrapõe-se ao conteúdo da oração principal, sem anulá-lo.
13. Considere o seguinte trecho:
“A pesquisa indicou que, quando os vínculos afetivos são fortes, as pessoas tendem a apresentar maior satisfação com a vida.”
A vírgula empregada logo após o termo “que” poderia ser suprimida sem prejuízo da correção gramatical do período.
14. Em “Há inúmeros motivos que explicam o aumento da ansiedade na população jovem”, a forma verbal “há” pode ser substituída por “existem”, sem prejuízo da correção gramatical ou da coerência textual.
15. Em “Era necessário que se estabelecesse um acordo entre as partes envolvidas”, a colocação da partícula “se” antes do verbo “estabelecesse” justifica-se pela presença do vocábulo “que”, que exige o uso da ênclise.

LEI Nº 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES

Tiago Zanolla

16. Durante o julgamento de membro das Forças Armadas acusado de crime militar, o Conselho Permanente de Justiça foi instalado com apenas três membros presentes, sendo um oficial superior e dois tenentes. Nenhum juiz federal da Justiça Militar estava presente, sob a alegação de viagem institucional previamente agendada. À luz da Lei de Organização da Justiça Militar, a instalação do Conselho, nessa hipótese é válida apenas se houver designação de juiz leigo para suprir a ausência do juiz federal da Justiça Militar.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

17. O relator de um Habeas Corpus impetrado em favor de militar preso preventivamente apresentou relatório oral durante sessão do Conselho, dispensando a publicação em pauta no Diário da Justiça Eletrônico. Um dos membros da defesa protestou, sustentando cerceamento de defesa por ausência de publicação prévia. À luz do regime processual da Justiça Militar, tal protesto é procedente, salvo se o Habeas Corpus tiver caráter liminar.
18. Durante a tramitação de um novo feito no Superior Tribunal Militar, um dos Ministros identificou incompatibilidade entre a jurisprudência consolidada em Súmula anterior e as novas diretrizes interpretativas firmadas pelo Supremo Tribunal Federal. Diante disso, propôs a revisão da súmula vigente. De acordo com o Regimento Interno, é correto afirmar que qualquer Ministro pode propor a revisão da jurisprudência sumulada, com possibilidade de sobrestamento do feito, se conveniente.

19. Carlos, oficial das Forças Armadas, foi declarado indigno para o oficialato por decisão proferida em Representação para Declaração de Indignidade (RDI), com base em sentença penal condenatória transitada em julgado na Justiça Militar da União. Anos depois, essa sentença foi revista e substituída por absolvição definitiva. À luz do Regimento Interno, é correto afirmar que Carlos poderá ingressar com Revisão Judicial – RDII, tendo como fundamento a superveniente absolvição na esfera penal.

**LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO).
LEI Nº 9.784/1999 (PROCESSO
ADMINISTRATIVO). LEI Nº 11.416/2006
(CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO)**

Rodrigo Bet

20. A posse em cargo público poderá ser realizada por meio de procuração genérica, desde que contenha poderes amplos para representação do outorgante.

21. O exercício consiste no efetivo desempenho das atribuições do cargo público e deve ter início no prazo de até quinze dias, contados da data da posse.

22. É obrigatória a assistência de advogado em qualquer processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, garantindo-se ao administrado o pleno exercício da ampla defesa.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020

Tiago Zanolla

23. No contexto da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, instituída pela Resolução CNJ nº 351/2020, o Tribunal implantou uma nova política de escuta ativa e deliberação conjunta entre servidores, magistrados e usuários externos, promovendo ações integradas de diagnóstico institucional. Tal iniciativa está diretamente associada ao princípio da cooperação horizontal, que exige sempre a presença de autoridades máximas do Judiciário na deliberação.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021

André Rocha

Sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário disposta pela Resolução CNJ nº 400/2021, julgue a assertiva a seguir.

24. Na composição dos indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS), cada órgão deve selecionar, no mínimo, todos os indicadores presentes no Anexo da referida norma.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 401/2021

Ricardo Torques

24. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

É obrigatório efetivar a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário às pessoas com deficiência, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Fabiano Pereira*

- 25.** Em relação à Lei de Improbidade Administrativa n.º 8.429/1992, julgue o item subsequente.

Para que haja a caracterização de improbidade administrativa, a violação ao princípio da legalidade não pode ser genérica, devendo estar relacionada a condutas previstas em dispositivos específicos da lei.

- 26.** Em relação à Lei de Improbidade Administrativa n.º 8.429/1992, julgue o item subsequente.

A celebração de parcerias entre entes da administração pública sem a observância das formalidades legais configura ato de improbidade administrativa que resulta em enriquecimento ilícito.

- 27.** A respeito da ética na função pública, julgue o item seguinte.

Toda ausência do servidor de seu local de trabalho, quando injustificada, constitui elemento de moralização do serviço público.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

- A respeito da eficácia das normas constitucionais, analise os itens abaixo.**

- 29.** A norma constitucional que prescreve que leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público é classificada como norma de eficácia limitada de princípio institutivo.

- A respeito da organização e da competência do Poder Judiciário, julgue os itens abaixo.**

- 30.** No recurso especial em ações de improbidade administrativa, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Superior Tribunal de Justiça, que poderá dele não conhecer pela manifestação de 2/3 dos terços de seus membros.

- A respeito da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens abaixo.**

- 31.** A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e aos municípios a competência para legislar sobre parte específicas de suas competências privativas.

- A respeito da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens abaixo.**

- 32.** Compete aos estados, mediante lei complementar, instituir, após plebiscito com a população diretamente interessada, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

- A respeito do Poder Legislativo, do Processo Legislativo e da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, conforme disposto na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise os itens abaixo.**

- 33.** De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a garantia constitucional da imunidade parlamentar material somente incide no caso de as manifestações guardarem conexão com o desempenho da função legislativa ou que sejam proferidas em razão desta.

34. A Assembleia Legislativa do Estado ou qualquer de suas comissões, podem convocar o Presidente do Tribunal de Justiça para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

35. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, restará prejudicado o mandado de segurança e o *habeas corpus* impetrados contra ato do CPI, caso venham a ser extintas, independentemente da aprovação de seu relatório final.

A respeito dos princípios fundamentais e dos direitos fundamentais, julgue os itens abaixo.

36. Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

37. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, na forma da lei.

38. A Constituição Federal assegura aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, recebimento de recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Sobre as Funções essenciais à Justiça, julgue os itens abaixo.

39. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á eleição direta noventa dias depois de aberta a última vaga.

40. Unidade, indivisibilidade e independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.

DIREITO PENAL MILITAR

Murilo Marques

Com base nas normas do Direito Penal Militar, analise o item que se segue

41. **Situação Hipotética:** O soldado PM Tício e o sargento do Exército Brasileiro Mévio dolosamente mataram o civil Caio em contexto de intervenção militar para garantir a lei e a ordem. **Assertiva:** Na situação, de acordo com a legislação em vigor, ambos devem ser julgados pelo tribunal do júri.

Com base no Código Penal Militar, julgue o item seguinte:

42. **Situação hipotética:** Um militar da Marinha do Brasil, dentro de um Quartel da referida Força Armada, foi flagrado na posse de crack, entorpecente ilícito, para consumo pessoal. **Assertiva:** Nessa situação, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal Militar e do Código Castrense, o referido militar poderá ser beneficiado com penas alternativas previstas para o usuário na Lei de Drogas.

43. O cidadão alistado ao serviço militar que, convocado a incorporação, não se apresenta dentro do prazo que lhe foi marcado, comete um crime impropriamente militar.

44. **Situação hipotética:** Durante operação das Forças Armadas, um oficial danificou patrimônio militar. Em sua defesa, argumentou que agiu em estado de necessidade, não tendo podido, por esta razão, evitar o dano causado. **Assertiva:** Nessa situação, o estado de necessidade, se comprovado, poderá ser tanto uma excludente de ilicitude, quanto uma excludente de culpabilidade, a depender da valoração do bem sacrificado.

45. **Situação Hipotética:** Em uma festa de confraternização no interior de um quartel, alguns militares, por livre vontade, ingeriram bebida alcoólica. Lá mesmo, apresentando sintomas de embriaguez, um deles cometeu crime militar e foi

preso. **Assertiva:** Nessa situação, o estado de embriaguez do militar será considerado circunstância para atenuar a pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

46. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, julgue o item abaixo:

É admissível a interpretação extensiva, mesmo que prejudicar ou alterar o curso normal do processo, ou lhe desvirtuar a natureza.

47. Carlos, Capitão do Exército da ativa, foi indiciado pela prática do crime de violência contra inferior. Com base nessa situação hipotética, é possível que o encarregado do inquérito policial militar seja um Delegado de Polícia.

48. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, julgue o item abaixo:

Independentemente de flagrante delito, o indiciado poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até trinta dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente.

49. Um soldado da Marinha praticou o crime militar de calúnia, com esteio no art. 214 do Código Penal Militar, contra um sargento da mesma força. Com base nessa situação hipotética, para que o sujeito ativo do crime seja processado criminalmente será necessário que a vítima represente para o Ministério Público Militar como condição de procedibilidade para a persecução penal.

50. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, julgue o item abaixo:

Observando o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública incondicionada, a denúncia deve ser apresentada sempre que houver prova de fato que, em tese, constitua crime e indícios de autoria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

51. Atos administrativos praticados com desvio de finalidade são considerados inválidos e podem ser anulados pela administração pública.

52. Um ato administrativo discricionário praticado por um servidor público não pode ser revogado, mesmo que tenha se tornado inconveniente ou inoportuno, pois se trata de um ato dotado de mérito administrativo.

53. Os atos administrativos emitidos por particulares em colaboração com a administração não são passíveis de controle judicial, pois não se equiparam aos atos administrativos emitidos por agentes públicos.

Acerca dos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

54. O ato do agente ao interditar o estabelecimento durante uma fiscalização sanitária caracteriza exercício do poder de polícia, que, em regra, pode ser realizado de forma discricionária e autoexecutória.

55. Caso um superior hierárquico determine a revisão de um ato praticado por um subordinado, ele estará exercendo o poder disciplinar, que decorre da relação de subordinação funcional.

56. O poder regulamentar, em regra, permite à administração pública criar normas primárias para disciplinar matérias que ainda não foram objeto de lei.

Suponha que, durante uma obra pública, uma máquina pertencente à União causou danos a veículos estacionados na via pública devido à falha mecânica.

Acerca da responsabilidade civil estatal, julgue as assertivas a seguir.

57. A União deverá indenizar os proprietários dos veículos danificados, independentemente da comprovação de culpa do agente público envolvido.

58. Caso se comprove que a falha mecânica ocorreu por falta de manutenção preventiva de responsabilidade do servidor, a administração pública poderá acionar o servidor responsável, que não exerceu as suas responsabilidades, para reparação dos danos causados, em ação de regresso, caso comprovado o dolo ou culpa do agente omissor.

59. A teoria da responsabilidade subjetiva é aplicável a omissões estatais genéricas, com base na teoria da culpa administrativa, se ficar comprovado que os agentes públicos poderiam evitar o dano.

Acerca da organização da administração pública, julgue os itens a seguir.

60. A criação de autarquias depende de autorização legislativa, mas sua extinção pode ser realizada por ato administrativo discricionário do chefe do Executivo.

61. As autarquias possuem autonomia administrativa, mas estão sujeitas ao controle finalístico do ente político que as criou.

Acerca do controle realizado pela administração, julgue os itens a seguir.

62. Quando se tratar de controle interno, seus responsáveis deverão dar ciência ao Tribunal de Contas da União acerca de qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tomarem conhecimento, sob pena de responsabilidade subsidiária.

63. O controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, podendo ser realizado de forma direta ou indireta, sendo que o Tribunal de Contas da União atua auxiliando o Legislativo nesse controle.

Determinado Estado da federação celebrou um contrato administrativo para a construção de uma escola, utilizando o regime de contratação integrada previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei 14.133/2021.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

64. O regime de contratação integrada permite à administração pública contratar, por meio de um único contrato, a elaboração e execução do projeto básico e executivo, além da própria obra.

65. Na contratação integrada, a administração deve avaliar a adequação do projeto básico em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento.

66. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados observando-se o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

Acerca das disposições do Decreto nº 11.462/ 2023, que regulamenta o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, julgue os itens a seguir.

67. O critério de julgamento a ser adotado nas licitações para registro de preços deverá ser o de menor preço ou maior desconto sobre o preço estimado ou sobre a tabela de preços praticada no mercado.

68. O processo licitatório para registro de preços poderá ser realizado nas modalidades concorrência, pregão ou diálogo competitivo.

69. O registro de preços poderá ser utilizado na contratação direta, por inexigibilidade de licitação, para aquisição de medicamentos e insumos destinados a tratamentos médicos, quando houver decisão judicial que determine essa aquisição.

Sobre a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), julgue os itens a seguir.

70. As informações classificadas como ultrassecretas poderão permanecer sob sigilo por vinte e cinco anos, contados a partir da data de sua produção.

71. As informações que possam colocar em risco a segurança do Presidente da República e de seus familiares serão classificadas como ultrassecretas, respeitando-se o prazo máximo de restrição para essa classificação.

72. Caso o evento que defina o termo final da classificação ocorra antes do prazo máximo estabelecido, a informação classificada tornar-se-á de acesso público.

Paulo, servidor público, utilizou veículo oficial para realizar viagens pessoais durante os finais de semana, alegando que o automóvel estava sob sua responsabilidade administrativa. O fato foi relatado aos seus superiores, que decidiram apurar a ocorrência de ato de improbidade administrativa.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

73. A conduta de Paulo configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, podendo resultar na perda da função pública e na suspensão dos direitos políticos.

74. É cabível a aplicação da sanção de multa, que pode ser aumentada até o dobro, caso o magistrado entenda necessário para dar eficácia à reprovação e à prevenção do ato de improbidade.

75. Desde que fique comprovado que se tratou de um ato de menor ofensa aos bens públicos utilizados, a sanção de Paulo ficará limitada à multa, sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, se for o caso.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Gabriela Zavadinack

76. No planejamento orçamentário, o Estado exerce diversas funções para garantir a eficiência da administração pública. Sobre a função distributiva, é correto afirmar que seu principal objetivo é assegurar a máxima eficiência econômica, promovendo a alocação ótima dos recursos escassos da economia.

77. Na busca por otimizar a alocação dos recursos públicos, o orçamento base-zero (OBZ) é uma técnica orçamentária que exige que cada unidade administrativa justifique todas as despesas a partir do zero a cada novo exercício, inexistindo direitos adquiridos sobre verbas anteriormente outorgadas.

78. Um dos princípios que orientam a elaboração da lei orçamentária anual é o princípio da totalidade, que determina que todas as receitas e despesas do ente público devem ser contempladas no orçamento para garantir transparência e controle social.

79. No processo legislativo orçamentário, as emendas parlamentares impositivas são aquelas que o Poder Executivo está obrigado a executar integralmente, independentemente de contingenciamento ou de impedimentos de ordem técnica.

80. O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento governamental que estabelece as diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos, servindo de base para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

81. A Lei de Diretrizes Orçamentárias pode determinar o aumento da alíquota de determinado imposto, por expressa permissão no texto constitucional.

82. A Lei Orçamentária Anual estima as receitas e fixa as despesas para o exercício financeiro, devendo sempre respeitar as metas fiscais e as prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, tendo em vista a hierarquia existente entre os instrumentos de planejamento.

83. No contexto do orçamento público, os ingressos extraorçamentários são aqueles que transitam temporariamente pelo caixa do ente público e não integram o orçamento, a exemplo das fianças.

84. As receitas provenientes de operações de crédito devem ser classificadas como receitas efetivas, pois representam entrada de recursos que aumentam o patrimônio líquido e permitem ampliar as despesas governamentais.

85. Na elaboração do orçamento público, a classificação econômica da despesa é fundamental para identificar o impacto econômico dos gastos, permitindo distinguir despesas correntes das despesas de capital. Sobre o tema, e com base na Lei nº 4.320/64, julgue a seguinte assertiva.

As despesas públicas com Serviços em Regime de Programação Especial são despesas de capital, enquanto despesas com obras de conservação são consideradas despesas correntes.

86. Na estrutura programática do orçamento, a ação orçamentária é o principal classificador do orçamento público federal. Entende-se que cada ação deve representar um conjunto de operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) para a sociedade ou para o Estado, que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Sobre a temática, julgue o item que segue.

Não é permitida a existência de um mesmo projeto em mais de uma esfera orçamentária ou em programas diferentes.

87. Créditos adicionais suplementares destinam-se a reforçar dotações orçamentárias já existentes, enquanto créditos especiais são abertos para despesas sem dotação na lei orçamentária anual.

88. Para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, a legislação exige indicação de fontes específicas, como superávit financeiro e excesso de arrecadação apurados no exercício anterior, cancelamento de restos a pagar e operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas socioeconômicas. Com base na Lei nº 10.180/01, julgue as questões 89 e 90:

89. Enquanto os órgãos setoriais ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados, os órgãos específicos ficam exclusivamente sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema.

90. Os órgãos setoriais são as unidades de planejamento e orçamento dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República, bem como as Agências Reguladoras.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, impondo limites para despesas, endividamento e transparência, com o objetivo de assegurar o equilíbrio das contas públicas e a sustentabilidade das finanças governamentais. Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue as questões 91 a 95.

91. A Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados é apurada deduzindo-se, entre outras receitas, as parcelas entregues aos Municípios por determinação legal ou constitucional.

92. Consideram-se empresas estatais dependentes aquelas que não possuem receita própria suficiente para cobrir suas despesas, necessitando de aportes do Tesouro para equilíbrio financeiro.

93. O Anexo de Metas Fiscais da União deve conter o marco fiscal de médio prazo, com projeções para os principais agregados fiscais que compõem os cenários de referência, distinguindo-se as despesas primárias das financeiras e as obrigatórias daquelas discricionárias.

94. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos dois seguintes, reduzindo o excedente em pelo menos um terço no primeiro.

95. A transparência da gestão fiscal será assegurada, dentre outras formas, mediante adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Elisabete Moreira

Acerca da evolução da Administração Pública no Brasil, julgue os itens.

96. A implementação do modelo de resultados na administração pública poderá ser prejudicada caso o modelo contemple decisões estritamente técnicas.

97. Com o passar dos anos, a burocracia deveria produzir eficiência nos processos de trabalho, mas a implementação do modelo gerou algumas disfunções, como o trabalho dividido de forma irracional e excesso de informalidade nas relações interpessoais.

98. Entre as várias propostas contempladas no PDRAE, com vistas à implantação do novo modelo de gestão pública, estava o fortalecimento do núcleo estratégico do Estado, responsável por fiscalizar e fazer com que as leis sejam cumpridas.

99. O conceito de empreendedorismo governamental prestigia, em diversos aspectos, a manutenção da burocracia do Estado como critério para seu próprio funcionamento.

100. De acordo com a nova gestão pública, o governo deve adotar, além de técnicas de gestão de negócios, valores relativos aos negócios, a exemplo de práticas que foram propostas desde a gestão científica.

No que se refere a gestão de processos, gestão de riscos e estrutura organizacional, julgue os seguintes itens.

101. Tratando-se de gestão de risco na administração pública, no modelo de três linhas de defesa, a 2ª linha de defesa pode ser representada pelo compliance.

102. A estrutura funcional foi concebida a partir da lógica das organizações militares antigas e apresenta como característica principal a unidade de comando. Em contrapartida, o conceito de estrutura divisional baseia-se em resultados e no negócio estratégico da organização.

103. O conceito de cadeia de comando mostra, basicamente, quem “manda em quem”, e o conceito de amplitude de comando relaciona-se com o tamanho da equipe que cada chefe deve controlar e monitorar.

104. Na perspectiva BPM, os clientes são somente aqueles que se beneficiam da geração de valor.

105. A ferramenta espinha de peixe é ideal para obter uma compreensão mais abrangente sobre determinado problema e realizar uma análise descritiva de um elevado número de dados.

Acerca dos temas relacionados à gestão de pessoas e ao comportamento organizacional, julgue os itens a seguir.

106. As competências básicas organizacionais são consideradas competências mínimas necessárias para atuar num determinado negócio e que tendem a se tornar transitórias em razão da incerteza dos ambientes nos quais as organizações estão inseridas.

107. Na abordagem situacional de liderança, o estilo persuasivo é o mais indicado quando os subordinados são competentes e dispostos.

108. Na área de gestão de pessoas, o processo de desenvolver pessoas é aplicado quando uma gestora pública utiliza o método 360 graus, visando à obtenção de opiniões múltiplas de seus colaboradores.

109. No processo de mudança organizacional, é na fase de descongelamento que os padrões atuais de comportamento são abandonados para serem substituídos por novos.

110. A cultura pode ser modificada a partir dos denominados ritos de degradação que expressam valores da contracultura emergente na organização e levam à atualização dos seus principais valores e premissas.

111. A avaliação de desempenho é um processo sistemático de avaliação dos resultados obtidos por um membro da organização, sujeito a diversos erros que devem ser evitados, a exemplo do erro de tendência central, que ocorre quando o avaliador evita usar a melhor ou a pior classificação e avalia os funcionários pela média.

112. O modelo de gestão de pessoas estratégico é efeito da quarta revolução industrial e traz consigo a inserção de novas tecnologias no mundo fabril. Sua principal característica é o incremento de tecnologias inteligentes para otimizar o registro de dados dos funcionários e a gestão da folha de pagamento.

113. Grau de instrução, experiência anterior, iniciativa e aptidão necessárias são considerados requisitos mentais para fins de realização de uma análise de cargos.

114. Na gestão de conflitos, uma abordagem não assertiva e não cooperativa, na qual ambos os lados negligenciam as preocupações envolvidas, desviando-se da questão ou adiando o conflito, optando por não resolvê-lo, denomina-se evitação.

115. Dentre as teorias do processo de motivação, a comparação que comumente as pessoas fazem a respeito de suas contribuições à organização e de suas recompensas recebidas em relação às contribuições e recompensas dos outros é objeto de estudo da teoria da equidade de Adams.

GESTÃO DE RISCO. CONTROLE INTERNO*Tonyvan Carvalho*

- 116.** A evidência de processo de avaliação de risco ineficaz, tal como falha da administração para identificar risco de distorção relevante que o auditor esperaria que o processo de avaliação de risco tivesse identificado, é um indício de fraude.
- 117.** A segregação de funções no escopo dos controles internos de uma organização consiste em dividir as diferentes etapas de um processo entre diferentes indivíduos ou departamentos, de modo que nenhuma pessoa ou área tenha controle completo sobre todo o processo.
- 118.** Julgue o item a seguir, conforme as publicações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).
O controle interno é um departamento projetado para fornecer segurança absoluta em relação ao alcance dos objetivos pela auditoria interna da entidade.
- 119.** Diversas organizações adotaram a estrutura de controles internos do COSO, e várias normas de auditoria baseiam-se nessa estrutura. Acerca dos componentes do COSO, considere o trecho a seguir. A alta administração deve estabelecer um tom apropriado no topo que influencie positivamente a consciência de controle do pessoal da entidade sendo a base para todos os outros componentes dos controles internos. Esse trecho se refere ao componente de ambiente de controle.
- 120.** Considerando a matriz tridimensional de riscos no contexto da implementação de um Sistema de Controle Interno, na resposta a riscos, a administração tem a opção de evitá-los, aceitá-los, reduzi-los ou compartilhá-los.
-

Discursiva

O empreendedorismo público passa pela perspectiva do processo de criação de valor para os cidadãos, sendo visto como o processo de identificação e busca de oportunidades de indivíduos e(ou) organizações. Essa noção sinalizou, para as organizações públicas, a necessidade de desenvolverem uma orientação empreendedora voltada para a capacidade de se adequar e de inovar frente às novas demandas do setor público. Teóricos afirmam que a administração pública brasileira é marcada por um modelo híbrido de administração, no qual coexistem práticas patrimonialistas, burocráticas e gerenciais, tornando complexa a adoção do empreendedorismo.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, **redija um texto dissertativo acerca do empreendedorismo governamental**. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- < conceito de empreendedorismo governamental;
- < diferenças na aplicabilidade do empreendedorismo nos setores público e privado;
- < desafios para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora no setor público brasileiro;
- < implicações da adoção de uma cultura empreendedora em organização pública.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
